

PENSAR: 40 ANOS DA REDEMOCRATIZAÇÃO

Eles continuam aqui



» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

rico, justo, sustentável, distribuído, livre. Mas também lembrei que já temos duas vezes mais tempo de democracia do que tivemos de ditadura e ainda não enfrentamos as questões fundamentais para a construção do Brasil que queremos e nosso potencial permite.

Não enfrentamos a questão militar: nossos soldados ainda aprendem que nada daquilo ocorreu, ou o que ocorreu teria sido necessário para salvar o país e que é sua obrigação patriótica, se necessário, recusar resultados das urnas de eleitores equivocados ao escolherem líderes políticos incompatíveis ou corruptos. Foi esse aprendizado que fez com que, por pouco, não tivéssemos tido em 2023 outro golpe, repetindo 1964. Mas a questão militar não é a única nem a mais forte ameaça à democracia: nossos políticos civis e partidos não estão sendo instrumento de consolidação da democracia.

Imaginei o que Rubens Paiva e todos os outros milhares de lutadores que deram a vida pensariam se assistissem como funciona hoje o democrático Congresso Nacional, sem tutela militar, mas usando dezenas de bilhões de reais do dinheiro público para atender a volúpia por voto ou mesmo por aumento da fortuna pessoal. O que pensariam ao ter dado a vida por uma democracia que, no lugar de eliminar, ampliou privilégios, mordomias, vantagens; aumentou a extensão, o tamanho e a tolerância com a corrupção, ao ponto de a honestidade passar a ser motivo de galhofa.

Foi importante acabar com a censura que impedia escrever e publicar livremente, mas, depois de quase meio século, a democracia não eliminou a mais absoluta forma de censura que pesa sobre os 10 milhões de brasileiros adultos analfabetos, incapazes até de reconhecer

a própria bandeira; aumentamos o número de universitários, mas pouco fizemos para universalizar a educação de base, não construímos um sistema nacional de educação de base com a qualidade e equidade necessárias ao progresso econômico e à justiça social. Foi fundamental abrir as cadeias, mas, para justificar a democracia, é preciso também derrubar os muros dos condomínios. A partir de 1990, reduzimos a penúria com transferências de renda mínima e com o SUS, mas até hoje não definimos uma estratégia para quebrar a obscena concentração de renda e abolir a vergonha do quadro de pobreza. Em 1994, conseguimos construir uma moeda estável, mas até hoje não conseguimos equilibrar nossas contas públicas devido ao corporativismo, ao imediatismo, à demagogia, à irresponsabilidade e à falta de espírito patriótico.

Fernanda Torres e Walter Salles nos despertam para o que sofremos simbolizado no Rubens, o quanto lutamos simbolizado na Eunice e o quanto ainda estamos devendo a eles e a todos os outros que lutaram pela democracia. Eles nos fazem gritar que “ainda estamos aqui”, mas não estamos dizendo “para que estamos aqui”: porque, para consolidar a democracia política, é preciso consolidar a democracia social. Fernanda nos deslumbra e orgulha, mas também nos alerta e provoca. O presidente Lula deveria convidar os comandantes e cadetes das Forças Armadas para assistirem ao filme *Ainda estou aqui* no cinema do Palácio do Planalto para superarmos os traumas do passado, mas também convidar aos parlamentares para assistirem a filmes que mostram o Brasil que estamos construindo: sugiro *Grande Sertão*, de Guel Arraes.

A democracia deixou o tempo da brilhantina?



» SEBASTIÃO GILBERTO MOTA TAVARES
Procurador da Fazenda Nacional, autor e mestre em direito

Foi em Kish... Foi em Kish (Quis ou, ainda, Quixe), segundo as tabuletas cuneiformes da Antiga Suméria, que a realza — o que poderíamos chamar de governo ou, mais amplamente, de estado — foi dada à humanidade. O sítio arqueológico de Kish está, atualmente, a cerca de 25 km a oeste da cidade iraquiana de Al-Hilla, e foi lá, de fato, que Ninurta, representando os demais deuses, teria constituído uma realza para que servisse de intermediária entre os deuses e os homens. Aparentemente, os deuses não queriam mais governar as coisas corriqueiras das cidades e passaram essa tarefa para a humanidade através, precisamente, de um “governo” real.

O sangue da realza era igual ao dos demais homens, mas, como os reis passaram a servir de porta-voz da humanidade, não foi demais dizer que eles também, eventualmente, poderiam ter alguma “gota” do sangue dos deuses. A partir daí, a lei da linhagem real, a lei da semente, jamais seria abandonada: o herdeiro seria aquele que descendesse do sangue real, preferindo-se o que tivesse mais “sangue puro”. Posteriormente, tal lei seria levemente alterada, pois deu lugar à lei da primogenitura: o rei seria o(a) filho(a) mais velho(a), sendo desimportante o quão perto ou longe estivessem os demais filhos em relação à pureza do sangue. Nesse sentido, o(a) filho(a) mais velho(a) de um rei com a sua rainha plebeia, por exemplo, herdaria o trono, preferindo ao(a) filho(a) que esse rei, eventualmente, tivesse tido com a sua irmã...

E, assim, pelos séculos, foi ocorrendo, até que os gregos, utilizando-se do ferramental que tinham acabado de aprimorar — a filosofia —, disseram não à lei da linhagem/primogenitura e desenvolveram o conceito político de democracia. Políbio, que era historiador e, por isso, talvez tenha passado um pouco indiferente à filosofia política, comentando as formas puras e impuras de Aristóteles, dizia que, na realidade, tais formas seguiriam um ritmo “natural”, começando com a monarquia e terminando com a democracia. O perigo não era a democracia, mas a “oclocracia”, termo que significa, basicamente, um desgoverno provocado pelo furor e irracionalidade das multidões, que agiriam fora do direito — e, colocaríamos nós, fora da Justiça.

No final das contas, o que temos é o que, séculos depois, Maquiavel diria: “Ou temos uma monarquia ou temos uma república”, que passariam a ser movimentadas pela democracia. De fato, a monarquia se tornaria uma monarquia constitucional e a república, uma república federalista. Em ambos os casos, a democracia teria chegado à sua “adolescência”, na qual nutríamos expectativas louváveis e ativas de que ela ajudaria a humanidade a chegar à liberdade, igualdade, fraternidade e à felicidade.

Falar de adolescência lembra-nos a brilhantina, como em *Grease*. Um tempo de alegrias, de forças explodindo, de saúde, de belezas, de vigor e de buscas de aventuras, mas um tempo também de inconsequência e de ausência, senão completa, quase completa, de experiência da vida — ou seja, de saber como a vida realmente é. Já não podemos, passados cerca de 300 anos da Revolução Francesa, considerar a democracia ainda na sua fase “adolescente”. Olhando para o passado, podemos verificar que, por ela, não foram eleitos apenas regimes sóbrios e comprometidos, mas também regimes tirânicos e ditatoriais — e o caso de Hitler é só um exemplo. Isso nos leva a abandonar uma visão lúdica ou adolescente da democracia, na qual tudo é puro, para considerá-la adentrando a sua fase adulta, pois, hoje, sabemos não ser ela perfeita nem nos levar à felicidade plena.

Contudo, ela é o melhor que o ser humano pôde conceber sem a ajuda não dos deuses, mas de Deus. Sem a ajuda de Deus, a democracia é o melhor que pudemos criar. Ela se opõe, diametralmente, à ideia de que existem homens “divinos”, “predestinados” a governar — ou a massacrar — e nos coloca diante da evidência inexorável de que quem nos governa nada mais é do que um de nós mesmos. Sem ela, haveríamos de continuar esperando um sinal dos céus, como outrora ocorria em Kish. Por isso, devemos olhar para a democracia do jeito que a vida impõe, sem as expectativas e inconsequências dos tempos da brilhantina, mas com a esperança firme — aproveitando o ano jubilar — de que continuaremos a aprimorá-la cada vez mais.

Somos, nesse sentido, mais “polibianos” do que aristotélicos, pois não tememos a democracia, que preferimos quanto a qualquer outro regime, inclusive, àqueles que pretendam se basear em “mitologias celestiais”. Aliás, no caso brasileiro, onde, em tempos recentes, passamos a duvidar da lisura dos pleitos eleitorais, o que significa duvidar da própria democracia, inclusive, em janeiro, o que pode ser atribuído, salvo melhor juízo, a uma possível mentalidade adolescente, sem muita consequência e experiência de vida, mais se torna necessário indagar: será que a democracia brasileira, ao invés de seguir firme e forte à fase adulta, está voltando mesmo aos tempos da brilhantina?



A vida numa conversa



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

da antiga Arena, realizou uma eleição primária para escolher seu candidato à Presidência da República nas eleições de 1985. Duas pré-candidaturas surgiram: a do ex-governador de São Paulo e então deputado federal Paulo Maluf (com o deputado federal cearense Flávio Márcio para vice-presidente) e a do ex-ministro dos Transportes nos governos Costa e Silva e Médici, o coronel gaúcho Mário Andreazza, (com o ex-governador de Alagoas Divaldo Suruagy para vice-presidente). Maluf derrotou Andreazza na Convenção Nacional do PDS, mas encontrou forte oposição de líderes como Antônio Carlos Magalhães, Hugo Napoleão, Roberto Magalhães, Marco Maciel e Jorge Bornhausen. José Sarney, presidente do PDS, abandonou seu partido e se uniu aos dissidentes. Eles formaram a chamada Frente Liberal.

A Aliança Democrática foi uma coligação entre o PMDB, o principal partido de oposição ao Regime Militar, e os dissidentes do PDS que formavam a Frente Liberal. Essa dissidência acabaria por formar o PFL (atual União Brasil). Apesar de indireta, a oposição mobilizou a população em dezenas de comícios em todo o país. No Colégio Eleitoral, formado por deputados federais, senadores e delegados de cada Assembleia Legislativa dos Estados, Tancredo recebeu os votos do seu partido, o PMDB, da Frente Liberal do PDS, do PDT, PTB, de três dissidentes do PT (que tinha oito deputados e expulsos esses três após a eleição). Dois deputados da oposição, um do PDT e outro do PTB, votaram em Maluf.

Morava em Washington naqueles dias, onde fazia mestrado na School of Advanced International Studies (SAIS), uma escola dedicada ao

estudo da política e da economia mantida pela Universidade Johns Hopkins. Particpei como jornalista dos movimentos iniciais em favor da eleição de Tancredo. Amigos tratavam de me informar sobre o que ocorria no Brasil. Na época, a ligação telefônica era muito cara. Um amigo especial, o saudoso Ney Sroulevitch, cineasta, não economizou para me informar das novidades.

Tancredo Neves, depois de eleito, deu uma volta ao mundo para se mostrar como o novo presidente do Brasil. Parou em Washington, em fevereiro, quando o clima estava muito frio. Conversei com ele longamente na Embaixada do Brasil. Ele disse-me que convocaria a Assembleia Nacional Constituinte e promover a redemocratização do país. O presidente estava cansado, agasalhado por grosso sobretudo, e me pareceu pálido. Estava com o rosto inchado. Na época, informaram-me que ele consultou um dentista em Washington porque estava com dores de dente. Era um sinal da doença que o matou meses depois.

Retornei ao Brasil por causa dele. Estava com a vida mais ou menos organizada em Washington. Ao final daquela conversa, ele me disse para retornar ao Brasil, que era o meu lugar. Luís Artur Toribio, repórter que estava acompanhando a viagem de Tancredo, e eu tomamos um vinho francês naquela noite muito fria em Washington. Contei as novidades. E comecei a arrumar minha mala para voltar. Antes, fiz palestra sobre a Nova República em Harvard, no Center of Latin American and Iberian Studies (CLAIS). Casa cheia. Retornei. Mas Tancredo morreu no dia 21 de abril.

Quarenta anos passaram muito rapidamente e, neste período, o país mudou bastante. Na época, não havia internet nem telefone celular. Os jornalistas eram obrigados a conversar pessoalmente com suas fontes, frequentar almoços, jantares e, não raro, café da manhã para saber das novidades, que ocorriam com velocidade alucinante. O regime militar estava desmoronando, com inflação elevadíssima, o presidente João Figueiredo fora de combate, depois que operou o coração, e o poder estava nas mãos do chefe da Casa Civil, Leito de Abreu. O equilíbrio político era muito precário.

A política estava nas ruas desde 1984, quando a campanha em favor das eleições Diretas Já incendiou o país. A emenda do deputado Dante de Oliveira pretendia que as eleições para presidente da República fossem realizadas, de maneira direta, naquele ano. O Congresso não aprovou a medida. Mas a mobilização continuou em todo o país. A resposta do governo foi convocar o Colégio Eleitoral, que era constituído por membros do Congresso Nacional mais representantes dos estados. Foi a maneira imaginada para controlar a eleição. Não deu certo.

O Partido Democrático Social (PDS), sucessor